

O INDÍGENA BRASILEIRO - VISÃO DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS DO SÉCULO XIX

Marília Pessoa Monteiro
da Universidade Federal de Pernambuco

Ao descobrirem o Brasil, tiveram os portugueses grata surpresa: não encontraram seres estranhos divulgados nas lendas que grassavam na Europa quinhentista, campo fértil para tais credices, provenientes do baixo nível cultural da população.

Seres criados à imagem e semelhança de Deus habitavam a terra descoberta, e "andam nus, sem nenhuma coberta nem estimam nenhuma coisa cobrir nem mostrar suas vergonhas. E estão acerca disso com tanta inocência como tem em mostrar o rosto" (1); "nuid et formosi", como dissera Vespúcio. (2)

Ao depoimento de viajantes, desde a carta de Caminha, que descreveram índio e terra à maneira do paraíso, podemos contrapor depoimentos dos que divulgaram teses povoadas de figuras canibalescas, em cujo cardápio carne humana era requintado manjar. Duas correntes contraditórias correrão paralelas e, não raro, se encontrarão no ideário e nas formulações(3). Os que escreveram sobre nossos índios, antes do séc. XIX, especialmente antes de Alexandre Rodrigues Ferreira, limitavam-se, ainda, às considerações pré-científicas que caracterizavam os séculos XVI e XVII.

A visão do paraíso atraiu muito mais; a carta de Caminha, amplamente divulgada,

plena de beleza e inocência levaria a uma idéia deturpada de um ser — idílico porque utópico — vivendo à margem da civilização e, por isso mesmo, mais perfeito. É, pois, à velha teoria da bondade natural que Caminha dá forma. Realçando a beleza da mulher índia "que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha por não terem a sua como ela" (4), espicaça Caminha, de curiosidade, o europeu aventureiro. Estimula, mais tarde, a comprovarem outros que "além da linha equinocial não se peca" (5), tanto que "suas vergonhas tão altas e tão carradinhas e tão limpas das cabeleiras que de as nós muito bem olharmos não tinham nenhuma vergonha" (6). Tal fato, — de selvagens andarem nus — implicava certeza de inocência. Era o desfrutar do estado bíblico (7). A visão paradisíaca sobrepunha-se à dantesca infernal visão de canibais.

As mais diversas e arbitrárias hipóteses sobre a origem dos habitantes da nova terra foram levantadas pelos primeiros cronistas. Desde o Ofir Índico, até os fenícios, passando por Salomão e Enéas, existem as mais variadas lendas.

A falta de tradição oral, por parte dos índios, agravaria as fantasias mirabolantes. Padre Simão Vasconcelos, por exemplo, se mostrava favorável à hipótese da descendência hebráica dos homens americanos (8). Até Martius, a quem devemos interessante estudo sobre a etnografia da América e especialmente do Brasil, foi tentado, em pleno dezanove, por imagens deturpadas, mas a convivência com os índios curou-o desse erro.

Contacto pacífico e cordial, esse primeiro, entre portugueses e índios. Modificar-se-ia tal relacionamento quando foram os índios forçados a incorporar-se na colonização, obrigados a assumir valores que não entendiam. Incapaz de submeter-se à escravidão, revela-se, o índio, ativo, como qualquer outro, nos serviços que conhecia ou ao menos compreendia. Enfrentando desde cedo a natureza no seu estado mais primitivo, triunfou sobre ela: é o rastreador astuto de caminhos desbravados a muque, é o canoeiro, é o pescador; é bravo e destemido na luta. "Se em terreno limpo não consegue enxergar... realiza prodígios na escuridão das matas" (9). Dentro dos seus limites, foi criativo para o bem-estar grupal. Pelo grupo, exercitou o olfato até a perfeição de sentir, pelo cheiro, a presença traiçoeira da cobra; para o grupo, as cordas vocais atingiram a perfeita imitação das vozes dos animais; pelo grupo, utilizaram com presteza a linguagem dos astros.

O exótico ser dos primeiros séculos, despertando curiosidades e inspirando teorias espetaculares, vai aos poucos desaparecendo.

No século dezanove, aumentou, consideravelmente, o número daqueles que, viajando pelo Brasil, sentiram-se atraídos pelo indígena e sobre ele escreveram, embora, na maioria das vezes, empiricamente. Mesmo assim, já se pode notar uma preocupação com a realidade, ao menos, plausível. A monótona repetição de inocentes belezas físicas de corpos nus é substituída por outra, proveniente muitas vezes de uma visão apressada e dirigida: a indolência dos selvagens, repetida indistintamente, sem análise mais profunda das causas, porém mais compatível com o fim que deles se pretendia — a escravidão. Indolentes, preguiçosos, merecedores mais da sujeição que lhes impunham, que da Catequese pacífica dos primeiros séculos.

Kidder — com rara perspicácia — quando os ataca de indolentes, acrescenta: "antigamente estavam muito bem organizados e podiam-se mesmo contratar turmas para o trabalho agrícola. Esse regime, porém, há muito deixou de existir e os infelizes aborígenes não têm, agora, utilidade alguma, nem para si próprio nem para outrem" (10).

Constata o pastor americano, não a indolência, propriamente, mas a degradação do índio que se agrava com o forçado contacto com o branco, a quem interessava apenas explorar mão-de-obra barata. "Quando registravam os caracteres materiais da sua cultura, não procuravam achar as condições que necessariamente presidiam a manifestação desses caracteres materiais" (11), lembra Almir de Andrade, quando ressalta a superficialidade das observações dos primeiros cronistas.

O extermínio crescente é sempre lembrado; a rápida diminuição da população indígena é destacada por Martius, por Gardner e tantos outros.

Defendendo a hipótese de "degeneração da humanidade americana", convence-se Martius de que "a indolência desses infelizes os impossibilita até de investigar as propriedades curativas da natureza..." (12) Conclusão surpreendente, quando se sabe que utilizou largamente de recursos negados por ele próprio, ou seja, o conhecimento indígena das propriedades medicinais encontradas na natureza, na elaboração do seu Sistema de Matéria Médica Vegetal Brasileira (1954) (13).

Martius não acreditou na transmissão cultural indígena; prefere ver o sertanejo como único responsável pelo conhecimento perfeito das plantas medicinais e considera erro julgar que esses conhecimentos práticos das virtudes curativas de certas plantas tenham sido herdadas dos primeiros indígenas americanos, pelas gerações posteriores: "O merecimento compete aos paulistas", afirma.

Mais uma vez insistimos na visão deturpada, porque rápida, dos viajantes, presos muitas vezes a distorções próprias da época, que impediam visão mais ampla de conjunto. A atribuição feita por Martius — aos paulistas — é complementada por Sérgio Buarque de Holanda, em "Caminhos e Fronteiras", quando diz: "isso só se tornou possível, em grande parte, dada a circunstâncias de, em São Paulo, mais do que em outras regiões brasileiras, terem permanecido longamente vivas e fecundas as tradições, os costumes e até a linguagem da raça subjugada" (14).

Estudos científicos permitiram visão realista e menos preconceituosa; esclareceram, gradativamente, causas e razões ainda obscuras para os viajantes do século XIX.

A transmissão cultural não pode — a bem da verdade — ser negada. Enxerga-se o índio sob prisma estrito, sem levar em conta seu sistema de vida destruído inteiramente por "civilizados" que, ao pisarem terras americanas, degradaram e aniquilaram um povo, em nome de uma moral, muitas vezes, inferior àquela que pretendiam reformular.

"— Ah! a civilização. — Tenho-a encontrado mais de uma vez em meu caminho. Os brancos trazem-na no canhão e nos fuzis e a lançavam voluntariamente no deserto, acompanhando a mentira, a espoliação e o homicídio". Assim entendia a civilização, um pajé retratado por Charles Expilly" (15).

Em pleno dezesseis, o quadro já era tão exemplar, que nos permitimos um recuo ao célebre diálogo de Jean de Lery, verdadeiro ou imaginário, não vem ao caso, no qual um velho Tupinambá ministra lições de desprendimento e sabedoria aos comerciantes Mairs, preocupados em amealhar riquezas (16). Indolentes seriam bem mais tarde, quando o viajante do séc. dezenove os encontrou metidos em meio estranho, completamente distante do seu "habitat" natural que lhe romperam sem cerimônia, forçados a atividades sedentárias e metódicas que não entendiam.

Indolentes seriam nas aldeias — criadas para protegê-los — mas que deturpavam seus objetivos no extermínio dos seus costumes e tradições. Aldeias que se multiplicavam na proporção em que se degradava a cultura indígena.

Apesar de não atenderem aos princípios de proteção a que se destinavam, aldeia-los continuava a ser a política governamental do século dezenove, preocupada muito mais em evitar ataques de tribos errantes do que com o grave problema de destruição da cultura indígena. As terras que lhes eram destinadas eram constantemente invadidas e usurpadas, não só por vizinhos, mas pelas próprias autoridades. Os conflitos com a polícia eram constantes, causados, entre outros motivos, por perseguições arbitrárias e pelo recrutamento forçado, do qual não escapavam. Dispunha-se do índio, como melhor agradasse. Nenhuma preocupação de preservá-los ou entendê-los, na sua cultura e nos seus costumes. Inexistia o menor respeito pela pessoa humana; dispunha-se deles o mais indevidamente possível.

Desse recrutamento forçado, acobertado pelos governadores de províncias, alciadores de índios para o serviço militar, apesar da lei n.º 426, de 24 de julho de 1845 que os isentava de tal tarefa, se têm inúmeros documentos (17).

Uma carta do diretor da aldeia de Escada ao Diretor Geral dos índios, informando do recrutamento arbitrário de um índio, nos dá a medida exata da destruição dos valores nativos. O índio, em questão, estava em vias de casar-se com uma índia órfã, que havia sido por ele "desonestada" e que dele tinha um filho; "caso não com ele se casasse, cairia na prostituição" (18), explica o diretor da aldeia. Os dois elementos por nós grifados, VIRGINDADE e PROSTITUIÇÃO, como sabemos, alheios aos costumes indígenas, provam a ação deformadora que exerceu sobre os valores indígenas a mentalidade intransigente e pouco compreensiva dos civilizados.

Visitando uma aldeia em Minas, Martius diz que: "as regras, pelas quais esses diretores e os cabos seus subordinados devem transmitir a civilização aos índios, fazem honra ao governo" (19). Mais uma vez, comprova-se como a rapidez do contacto pode deturpar a análise do estrangeiro. Por mais lúcido que seja, ao ouvir os depoimentos dos diretores das aldeias, não tem condições e experiência para uma análise mais profunda. Acredita Martius, nessa primeira fase de seu contacto, na generosidade dos funcionários do Governo, encarregados de velar pelo "bem-estar" ao índio, e também nas leis que regulam tal proteção. Mais tarde, em visita às tribos de Juris e de Co-retéus em plena Amazônia, precisa contradizer-se. A experiência mais sólida, fruto de uma permanência mais demorada, foi melhor mestra.

Na isolada Amazônia, vai ouvir queixas e súplicas. Vai sentir o pavor dos selvícolas com a simples aproximação do homem branco, representante da exploração desonesta que sofrem, e documenta muito bem o drama de um povo moribundo. "Os trabalhos forçados, a que essa pobre gente era sujeita a pretexto de serviços públicos e exclusivamente em proveito do juiz, tornavam os índios receiosos ante a chegada de qualquer branco"...

Convencidos de que se enganavam, em relação a Martius, suplicam-lhe que expusesse ao governo o estado de desamparo a que estão sujeitos, sob a opressão do juiz, — suprema incoerência — encarregado pelo governo, de defendê-los (20).

Ao visitar índios aldeados, Koster verifica que "cada aldeia tem seus padres, às vezes vigários, residindo vitaliciamente no local. O diretor é, igualmente ligado às al-

deias, sendo conveniente um branco, e com grande poder sobre as pessoas que vivem sob sua jurisdição. Quando um proprietário tem falta de homens para o trabalho, apela para o diretor e se discute o preço pelo qual o serviço deverá ser realizado, e manda um dos chefes indígenas ir com seus companheiros até a fazenda para onde foram alugados. Os trabalhadores recebem o salário, eles mesmos, e o podem gastar livremente, mas o contrato é feito **usualmente com preços abaixo do comum nesse gênero de tarefa.** (o grifo é nosso) Cada aldeia possui dois juizes ordinários, com função anual. Um juiz é branco e o outro é indígena, e é lógico supor que o primeiro tem realmente o comando (...) mas como não há salário, o Capitão-Mor indígena é muito ridicularizado pelos brancos..." (21)

Na baixa remuneração do trabalho, comprova-se, mais uma vez, a exploração a que estão sujeitos.

Relata, ainda, o viajante inglês barbaridades cometidas contra "índios selvagens", como ele chama os índios que ainda não tiveram contacto com as cidades.

Prendê-los, escravizá-los, utilizá-los como mão-de-obra barata, enviá-los para engrossar fileiras de combatentes em escaramuças locais, ou, mais tarde, internacionais, foi prática comum fartamente documentada. Quando escapavam do rigoroso choque inicial, que o recrutamento, geralmente provocava, eram levados presos à cidade e conduzidos a uma prisão fechada onde morriam quase todos; os que sobravam eram transformados em soldados e enviados às praças de guerra, para defender a "pátria", que não os defendia. Martius testemunhou o pavor do íncola ao recrutamento para o serviço público ou militar, especificamente, quando visitou uma missão fundada, em 1811, por um monge carmelita. "A notícia de minha chegada logo espalhou terror entre os neófitos do bondoso padre, supondo eles que os vinha prender para o serviço público" (22). Desfeito o engano, conseguiu o naturalista visitar alguns aldeamentos munducurus, conhecidos pelos outros índios como "pai-quicés", que Martius traduziu como decepadores de cabeças, mas que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esclarece significar literalmente "pajé-faca". Demonstravam esses índios inigualável perícia para a arte macabra, que praticavam com faca curta de bambu, origem dos apelidos (23).

Também Kidder testemunha, com palavras acres, o desmantelo governamental: "Agora que o índio já não mais pode ser ostensivamente reduzido à escravidão, é recrutado para o serviço do exército e da marinha; curioso e às vezes até mesmo cômico, é o processo pelo qual ensinam a esses filhos das selvas as atitudes rígidas da disciplina militar" (24).

Os Agassiz estão entre os tantos outros que observaram de perto os efeitos do recrutamento forçado dos índios — que sob pressão rigorosa — submetiam-se a tarefas para as quais não estavam preparados. O rigor do recrutamento para o serviço público ou, especificamente, militar, se traduz "em descontentamento geral... Os índios sem defesa, espalhados pelos seus aldeamentos isolados, foram particularmente vítimas dessa falta de equidade..." (25)

O depoimento das mulheres índias, sobrecarregadas de tarefas pela falta de braços marculinos, que o recrutamento impunha, é também tomado pelos Agassiz: "Se os infelizes resistiam, levavam-os à força, muitas vezes com algemas e pesados ferros nos pés (...) As índias acrescentaram que todos os trabalhos do sítio, — estavam parados

por falta de braços" (26). O isolamento favorecia o abuso e o modo ilegal de agir, "mas essas localidades perdidas nas florestas estão de tal modo afastadas que os recrutadores podem praticar todas as crueldades, sem receio de terem de prestar contas" (27). Mais tarde, em excursão pelo Rio Negro, tiveram ocasião de verificar, "in loco", a veracidade das queixas que ouviram: "tivemos esta manhã, uma triste prova de brutalidade com que aqui se procede ao recrutamento. Bem nos haviam dito! Três índios, que foram presos em Pedreira, e que desde alguns dias aguardavam ocasião de serem enviados para Manáus, foram trazidos para bordo do nosso navio. Esses infelizes tinham as pernas presas num grosso barrote de madeira, contendo orifícios que mal davam para deixar passar os tornozelos (...) Vieram meio empurrados e meio içados para bordo, e um deles, preso de febres, tinha tais calafrios que, quando o quizeram deixar andar pelas próprias pernas, eu o vi tremer, do lugar em que me achava (...) Esses índios não pronunciavam uma única palavra de português; não podem compreender por que os fazem partir; só sabem uma coisa: é que são pegados na floresta e tratados com os últimos dos criminosos, punidos barbaramente sem que nada tenham feito, e mandados se bater pelo governo que os trata desse modo" (28).

O argumento, comum, apesar de falacioso, usado na justificativa de tais medidas, era o de que tinham os índios obrigação de defender as leis que os "protegiam". Era-lhes vedado o direito de serem livres único bem que entendiam e desejavam, em nome de uma "proteção" hipócrita que não pediam, nem queriam. O limite do razoável fora de muito ultrapassado e a incoerência atinge o absurdo. — Não tinham ganância da terra; ela era farta e boa. Valorizavam, entretanto, suas próprias bugigangas. Não foi fácil o entendimento. Não o é ainda hoje. Diferiam os valores. Para uns, ouro, terra, moedas, ganhos; para outros, redes, potes, espelhos, quinquilharias. Por meio de uns presentinhos, diz Martius, "entre os quais os **soldadinhos de chumbo**, (o grifo é nosso) que maior impressão causaram, conquistamos a sua amizade, e o nosso soldado, com a promessa de lhes dar um jantar de mandioca, milho e cachaça, obteve dos índios a promessa de virem em grande número no dia seguinte, para dar-nos um espetáculo de suas danças" (29). Fácil era sentir-lhes a ingenuidade. Mais fácil ainda era atraí-los ao extermínio.

Valorizavam as armas de fogo, mas suas flexadas eram mais rápidas; cinco ou seis flexadas equivaliam a um tiro de arcabuz na época de Lery. Inteligentes, logo aprenderam a inutilizar as armas dos brancos, jogando água dentro dos canos.

Para estimulá-los ao trabalho — por coisas que não valorizavam — usou-se e abusou-se da cachaça. A aguardente foi largamente utilizada para minar-lhes a resistência, para torna-los dóceis (30).

Martius ofereceu cachaça no sentido de atraí-los, mas taciturnos e desconfiados, "provavelmente porque receavam que nós os quiséssemos aliciar para o serviço militar... cuidavam de escapulir na primeira oportunidade" (31).

Agassiz os encontra trabalhando nas suas palhoças, bem tratadas e pitorescas. "São positivamente fanasiosos, incapazes de se submeterem aos hábitos regulares de trabalho; entretanto, em quase todas as suas habitações, sempre se encontra em via de execução alguma ocupação característica... Em duas ou três delas, as mulheres teciam redes; numa um rapaz preparava folhas de caruá para fazer uma coberta em sua embarcação; a roda do oleiro girava em outra etc..." (32)

Tollenare, antecipando ou influenciando talvez, conhecidas análises posteriores,

enquanto compra o comportamento civilizatório dos lusos e dos espanhóis, conclui em favor dos lusos; permite-se entretanto, ligeira crítica: "Enfim, os portugueses fundaram um grande império e elevaram a sua pequena pátria ao lugar das mais poderosas nações do mundo... Quanto maior admiração não excitariam as suas façanhas se não tivessem sido manchadas pelo sangue dos índios?" (grifo é nosso)

Continua dizendo, "neste particular têm-se menos censuras a fazer aos portugueses do que aos espanhóis. Consolemo-nos de não haveremos participado dos seus sucessos, se, por isto, ficamos um pouco menos culpados" (22).

Animais de carga é o que foram no início da civilização, quando, extasiados diante de objetos nunca vistos, submetiam-se aos pesados serviços das feitorias.

"Asnos, dolentes e fleumáticos (in servitute nati) e só aproveitáveis para labor e servidão, pois a natureza não dotou o país de outro animal de carga senão eles" (34).

Apesar de religião e ciência, tradicionalmente, não alimentarem simpatias recíprocas, a religiosidade entre os índios, esteve sempre presente nas preocupações dos viajantes, em todas as épocas. Agassiz observa o sincretismo religioso de uma velha índia do Pará, que, bem cedo, vem ajoelhar-se diante de uma pequena urna, atirando beijos respeitosos, enquanto, vezes sem conta, fazia o sinal da cruz. Mais tarde, sabe que o precioso cofre contém uma rústica imagem de Nossa Senhora de Nazaré. À noite desse dia, as mulheres da aldeia executam uma dança religiosa, na qual se acompanham com pedaços de madeira que abaixam e levantam com lentidão. "Indaguei de Esperança (uma índia) a significação de tal cena. Ela me informou que essas mulheres, que vão regularmente à cidade vizinha de Vila-Bela para assistirem à festa de Nossa Senhora de Nazareth, não deixavam de celerar na volta, essa espécie de cerimônia que faz parte dos seus antigos ritos (35). Aos Jesuítas interessava o sincretismo. Estimulavam a superstição no sentido de que as entidades míticas facilmente seriam absorvidas pelo diabo cristão. Veja-se como exemplo disso, Anchieta quando testemunha a existência do curupira (36). Martius, por sua vez critica a inutilidade, aliada à ignorância de se realizarem batismos em índios, recém-chegados da selva. Nada entendiam de "batismos" a não ser na proporção que o aliavam às suas superstições, como espécie de magia para protegê-los contra o inimigo, ou ainda para receber algumas poucas bugigangas, muito a seu gosto, tanto que "não é raro apresentarem-se aos mesmos indivíduos, diversas vezes a diferentes párocos (37). Desabafa um lamento que explodiu e ainda explode na garganta de muitos: "Pareceu-me tirstemente irônica toda a cerimônia, e com pesar devo dizer que não são raros esses casos" (38).

Caçadores e pescadores, preocupados apenas com o presente, como vimos na página de Lery; empanturravam-se na época da fartura, ao passo que nos dias de penúria, sofriam fome com resignação.

Resignaram-se, também a ser usados como correio, não só pelo governo, mas também pelos comerciantes. "Pouco antes da noite — escreve Kidder — cruzamos com o Correio do Governo, ou mala oficial, que era uma espécie de canastra de couro, atada com correias às costas de um índio a pé" (39).

Os Botocudos são, dentre os índios, os mais apreciados, pelas singularidades de seus costumes. Quase todos os viajantes observaram seu tipo e descreveram suas figuras disformes, tendo alguns até os desenhado com seus botoques. "O nome que os portugueses lhes deram, provém do ornamento circular, que nos lábios e orelhas tra-

zem; (...) Botoque ou batoque, significa a rolha com que se tapa uma pipa: a analogia, que existe entre esta e o adorno do beijo, fez dar aos Aimorés o nome de Botocudos, denominação que eles reputam injuriosa" (40).

Fernando Denis, Saint-Hilaire, o príncipe de Neuwied, Spix e Martius e Debret, são alguns dos que os estudaram. Martius descreve-os horrendos, antropófagos e de feroz aspecto. Não lhes inspiram nenhum traço de humanidade, antes lhes transmitem uma expressão de "indolência, estupidez e selvageria; (...) preguiça e grosseira" ... (41)

Ao falar sobre os Caetés de Pernambuco, "condenados à escravidão, que era o mesmo que condená-los à morte diz Fernando Denis dos que restaram: "sujeitos ao cristianismo, ajuntaram-se em aldeias; porém nunca puderam compreender que não fosse o mesmo, a respeito dos bois e touros como dos veados e tapires, e julgam, por consequência, ter sobre os gados dos vizinhos o mesmo direito, que sobre os animais que por suas florestas erram" (42). Transcendia ao universo cultural do indígena brasileiro a idéia da propriedade privada.

Escusado seria repetir que faltou, entre colonizadores, a paciência que equivaleria à sabedoria, para, lentamente, tentarem compreender o que ainda hoje não foi compreendido. O desafio era grande, talvez maior que a época. "As pessoas a quem especificamente se cometera a tarefa de os ajudar a civilizar, ou bem faltava zelo na obra, ou bem firmeza bastante com as muitas dificuldades e alguns perigos que ela oferecia" (43).

Luccock vislumbra o problema, sobretudo quando completa: — "esquece-se também, de que era necessário algum tempo, como também sacrifícios, tanto por parte dos mestres como pela dos índios, para que se estabelecesse uma aproximação nos modos de pensar e maneiras de agir, tão flagrantemente díspares" (44). Palavras escritas nos primórdios do dezenove, hoje ainda plenas de razão e verdade. Esta política insistentemente seguida por quase cinco séculos, — a de integrá-los na sociedade — dizimou o índio brasileiro, sem condição de sobreviver longe de sua cultura. Como dramaticamente observou o sertanista Cláudio Villas Boas. "São duas humanidades que se cruzam, com um tempo quase nulo para se observarem. Ao fazê-lo, a nossa humanidade o faz com os olhos da investigação e da pesquisa, e a outra, a primitiva, com os olhos dos povos tragiados" (45).

Suas terras, seus direitos são garantidos pela Constituição, mas a burocracia, que tudo enreda e dificulta, impede que até eles, "povos tragiados", cheguem tais medidas "ideais".

Bom seria que não houvesse preocupação de uma integração rápida em nome da salvação.

Diante de tudo isso, grita uma verdade maior: "**Um povo está morrendo**" (46).

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel** (1 Março de 1500). Lisboa, Imprensa Nacional. 1924. p. 37-8.
- 2 — VESPÚCIO, Américo. Apud: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O índio brasileiro e a revolução francesa**. 2a. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974. p. 146.

- 3 — FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O índio brasileiro e a revolução francesa**. 2a. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974. p. 16.
- 4 — CAMINHA, Pero Vaz de. 1924. p. 47.
- 5 — BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 49. Epifonema divulgado e discutido por Barleu: "como se a moralidade não pertencesse a todos os lugares".
- 6 — CAMINHA, Pero Vaz de. 1924. p. 47.
- 7 — FRANCO, Afonso Arinos de Melo. 1974. p. 147.
- 8 — ANDRADE, Almir de. **Formação da sociologia brasileira; Os primeiros estudos sociais no Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975. p. 19.
- 10 — KIDDER, Daniel. 1815-1819. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**. (Províncias do norte). São Paulo, Liv. Martins, 1972. p. 141.
- 11 — ANDRADE, Almir de. 1941. p. 53.
- 12 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. 2a. ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s. d. v.1, p. 171.
- 13 — HOLLANDA, Sérgio Buarque de. 1975. p. 88.
- 14 — HOLLANDA, Sérgio Buarque de. 1975. p. 89.
- 15 — EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1935. p. 253.
- 16 — LERY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. São Paulo, Liv. Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 125. Não transcrevemos o diálogo por ser bastante conhecido. Em síntese, o diálogo retrata toda a surpresa do indígena diante do comércio do pau Brasil para a Europa, destinado a enriquecer franceses e filhos destes. Não pode compreender o selvagem o porquê da preocupação do europeu com o futuro de filhos sadios, que poderão prover seu próprio sustento e compara a filosofia de vida do estrangeiro com a dele próprio que "descansa sem maiores cuidados" porque a terra que os nutre, nutrirá também seus filhos.
- 17 — DIVERSOS, 11. **Diretoria dos Índios**, 1853-1860. nov. de 1953. p. 32. A.P.E.
- 18 — DIVERSOS, 11. **Diretoria dos Índios**, 1853-1860. p. 32 A.P.E.
- 19 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. s. d. v.1 p. 237.
- 20 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. s. d. v.3. p. 231.
- 21 — KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, São Paulo, Ed. Nacional, 1942. p. 169.
- 22 — SPIX & MARTIUS. **Viagens pelo Brasil**. 1817-1820. s. d. v.3. p. 289. Em 1820, época da visita de Martius, dirigia a missão, um padre secular.
- 23 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. s. d. v.s, p. 292. "Talha-lhe os

músculos do pescoço e as vértebras, com tal habilidade, que a cabeça é separada num instante".

- 24 — KIDDER, Daniel. 1972. p. 170.
- 25 — AGASSIZ, Luis & AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagens ao Brasil, 1865-1866**. São Paulo, Ed. Nacional, 1938. p. 352.
- 26 — AGASSIZ. 1938. p. 335.
- 27 — AGASSIZ. 1938. p. 335.
- 28 — AGASSIZ. 1938. p. 413.
- 29 — SPIX & MARTIUS. **Vagem pelo Brasil. 1817-1820**. s. d. v.l, p. 244.
- 30 — BOAS, Cláudio Villas. **Revista Veja**, 20 de janeiro de 1971. Há salvação para os índios? É o título de uma reportagem concedida a Léo Gibson Ribeiro, na qual Cláudio Villas Boas assim se expressa: "Até hoje a arma mais barata da catequese do índio para nossa sociedade é a cachaça... O índio, porém, não gosta da cachaça, como a criança nossa também não suporta o álcool. Mas, se você insiste hoje, amanhã, o índio, pela sua formação, não tem controle, e quando se habitua ao álcool é uma barbaridade".
- 31 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil. 1817-1820**. s. d. v.l p. 238
- 32 — AGASSIZ 1938. p. 450.
- 33 — TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicais tomadas durante uma viagem a Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Salvador, Ed. Progresso, 1956, p. 34.
- 34 — FLEKNO. A relation of ten years travels, — transcrito por Almeida Prado, Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil. T I p. 132. Apud: MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Saga, 1965. p. 33.
- 35 — AGASSIZ. 1938. p. 236
- 36 — ANCHIETA, José de. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, fragmentos históricos e sermões. Rio de Janeiro, 1923. p. 128. Apud: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**, 1975. p. 70. "É coisa sabida e pela boca de todos corre que há certos demônios, a que no Brasil chamam corupira, que acomettem aos índios muitas vezes no mato, danlhes de açoite, machucam-n'os e matam-n'os. São testemunhas disto os nossos irmãos, que viram algumas vezes os mortos por eles".
- 37 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil. 1817-1820**. s. d. v.s. p. 194.
- 39 — KIDDER, Daniel. 1972. p. 131.
- 40 — DÉNIS, Fernando. **O Brasil**. Salvador, Liv. Progresso Ed. 1955. v. 2. p. 12.
- 41 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil. 1817-1820**. s. d. v.2 p. 57.
- 42 — DÉNIS, Fernando. 1955. p. 97-B. "por isso mesmo a sobredita nação desapareceu".
- 43 — LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 340.
- 44 — LUCCOCK, John. 1975. p. 340.
- 45 — BOAS, Cláudio Villas. Trechos de um discurso pronunciado por Cláudio Villas Boas, para senhoras da Legião Brasileira de Assistência, durante o Ministério de Costa Cavalcanti.
- 46 — BOAS, Cláudio Villas. Discurso para senhoras da L.B.A.